



## JFES começa a digitalizar acervo de processos físicos

Ao tomar posse em abril deste ano como diretor do foro da Justiça Federal capixaba, o juiz federal Fernando Cesar Baptista de Mattos anunciou como uma de suas principais metas a virtualização do acervo de processos físicos da Seção Judiciária. A meta já está sendo colocada em prática. Foi iniciado nas varas da capital um projeto piloto com objetivo de virtualizar os processos físicos (em papel) que ainda não tenham sido sentenciados e que não estejam suspensos.

Para atender exclusivamente a essa demanda, foi disponibilizada uma estrutura física no 4º andar da nova sede do órgão. O projeto conta com a mão-de-obra de dois servidores e uma estagiária lotados no Núcleo de Distribuição (NDI), além de dois servidores cedidos pelas varas beneficiadas.

Os resultados são animadores. De acordo com a diretora do Núcleo de Distribuição (NDI), Ana Carla Marques dos Santos Belmiro, já foram digitalizadas todas as execuções fiscais do CRC em trâmite na 1ª Vara Federal de Execução Fiscal, totalizando 264 processos. Também foram digitalizados os três processos do acervo físico do 3º Juizado Especial Federal, que alcançou, com isso, a condição de 100% virtual. “Nesse momento, estamos trabalhando com o 2º Juizado Especial Federal, tendo digitalizado 44 processos, com previsão de virtualização de sua totalidade nas próximas três semanas, o que também o tornará 100% virtual”, comemora a diretora.

Segundo Ana Carla, a média semanal de páginas digitalizadas gira em torno de 15.000 para as execuções fiscais, oscilando conforme o tipo de ação. “A previsão é de que nossa capacidade de trabalho triplique com a mão-de-obra extra concedida através da Resolução 26, de 03 de junho de 2011, que agrega ao nosso quadro de estagiários de nível médio mais 13 vagas, com o objetivo exclusivo de atuar no projeto piloto de digitalização do acervo”, afirma, entusiasmada.

A diretora informa que as convocações para preenchimentos das vagas tiveram início no dia 13 de junho, assim que a Resolução foi publicada. Outra medida que vem sendo adotada, paralelamente ao projeto piloto, é a contratação de empresa terceirizada em digitalização. “O processo administrativo com esta finalidade já está em andamento e estamos otimistas quanto aos resultados”.



## Justiça Federal capixaba adere ao projeto “Começar de Novo” do CNJ

O diretor do foro da Justiça Federal do Espírito Santo, Fernando Cesar Baptista de Mattos, assinou nesta segunda-feira, 04 de julho, no foyer do auditório da nova sede da Seccional, em Vitória, um convênio de cooperação mútua com a Secretaria de Estado da Justiça (Sejus) para participação no projeto “Começar de Novo”, do Conselho Nacional de Justiça, que visa inserir egressos do sistema penal ao mercado de trabalho.

No convênio firmado, a Seção Judiciária se dispõe a abrir vaga de emprego para egresso liberado definitivo, através de empresas terceirizadas, contratadas pela Administração. Dentre outras cláusulas, o acordo prevê que a Justiça Federal pague, por meio da empresa contratada, todas as contribuições de natureza trabalhista, previdenciária e fiscal relativas a cada trabalhador.

Assinaram o documento, junto com o diretor do foro, o secretário de Estado da Justiça, Ângelo Roncalli de Ramos Barros, e, como testemunhas, o gestor do projeto “Começar de Novo” no Espírito Santo, juiz de Direito Alexandre Farina Lopes, e a diretora do



Núcleo de Apoio Judiciário da JFES, Vera Ely Massariol. Presenciaram o evento, representando a Sejus, a diretora de Ressocialização, Quésia da Cunha Oliveira; o diretor-geral de assistência jurídica, Ulisses Reisen de Oliveira; e a servidora Karina Amaral. Da JFES estavam presentes a diretora da Secretaria Geral em exercício, Cristiene Ginaid de Souza Cupertino de Castro, e o supervisor da Seção de Serviços Gerais, Isaías Luís de Souza, gestor do projeto na Seção Judiciária.

### **Oportunidade:**

O secretário da Justiça, Ângelo Roncalli, agradeceu ao juiz federal Fernando Mattos pela iniciativa e ao juiz de Direito Alexandre Farina pelo incentivo, destacando a importância do projeto como uma oportunidade oferecida aos egressos do sistema penal de “ter um emprego, sustentar sua família e dar o exemplo para que outras portas sejam abertas”.

Farina também agradeceu à JFES pela adesão ao projeto, destacando a iniciativa como inédita no Espírito Santo. “Nós, juízes, não julgamos as pessoas, mas os atos que foram praticados. O que foi praticado já passou. De-sejo tudo de bom aos beneficiados pelo programa. Tenho certeza de que o trabalho enobrece o homem. Quem tem carteira assinada é mais respeitado”, concluiu.

Fernando Mattos definiu o projeto como um novo movimento do Judiciário, que passa a atuar não só na função de julgar os processos, mas dando efetividade à Justiça e promovendo o bem-estar da população. “A Justiça Federal está fazendo a sua parte, recebendo essas pessoas de braços abertos para que a experiência seja a melhor possível”.

## **Magistrados da JFES convocados para o TRF2**

Os juízes federais Fernando Cesar Baptista de Mattos, Américo Bedê Freire Júnior e Ronald Kruger Rodor, titulares da 1ª e 3ª varas federais de Execução Fiscal e da 2ª Vara Federal Criminal de Vitória, respectivamente, foram convocados pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região para compor o quorum daquela Corte de 04 de julho a 02 de agosto, com prejuízo de suas jurisdições na Seccional capixaba.

A convocação se deu em virtude das férias do juiz federal convocado Flavio Oliveira Lucas (em auxílio ao desembargador federal Sergio Feltrin) e dos desembargadores federais Luiz Antonio Soares e José Ferreira Neves Neto.

Para assumir a titularidade da 3ª VF-EF, durante o afastamento de Américo Bedê, foi designado o juiz federal substituto Rodrigo Reiff Botelho, sem prejuízo de sua jurisdição na 2ª VF-Criminal.

## **Desembargadores catarinense e carioca são indicados para o STJ**

A presidente da República, Dilma Rousseff, indicou os nomes dos desembargadores Marco Aurélio Gastaldi Buzzi e Marco Aurélio Bellizze Oliveira para ocupar os cargos de ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Os magistrados – oriundos, respectivamente, de Santa Catarina e do Rio de Janeiro – vão substituir o ministro aposentado Paulo Medina e o ministro Luiz Fux, nomeado para o Supremo Tribunal Federal (STF).

Eles foram escolhidos, junto com outros dois, entre 60 candidatos. Os desembargadores Marco Aurélio Buzzi, do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, e Marco Aurélio Bellizze, do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, obtiveram 22 e 17 votos, respectivamente, em segundo escrutínio. No primeiro, ninguém foi eleito pois não alcançaram os 17 votos necessários para integrar a lista tríplice.

Os nomes seguem agora para sabatina na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal e posterior aprovação do Plenário daquela Casa Legislativa. Aprovados, serão nomeados pela presidenta da República.

As indicações estão publicadas no Diário Oficial da União desta quinta-feira (7), Seção 1, página 4.

**Coordenadoria de Editoria e Imprensa do STJ**

## Justiça Federal da Segunda Região é pioneira na interligação do sistema de processo digital

Há algum tempo, já é realidade na Justiça Federal da Segunda Região o processo judicial eletrônico, que dispensa o papel impresso, do momento em que é protocolizada a petição inicial àquele em que o juiz bate o martelo. O serviço de cadastramento de advogados, que confere senhas para a transmissão de petições virtuais, também não é mais novidade na instituição que atende os Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo. Ocorre que a adesão maciça a essas iniciativas vinha congestionando o acesso ao site das seccionais, através do qual esses serviços são fornecidos.

Mas uma medida para enfrentar o problema vem sendo desenvolvida e já tem data para entrar em funcionamento: No dia 1º de agosto, o TRF2 e as Seções Judiciárias dos dois Estados serão pioneiros no país ao lançar a quarta e última fase do sistema integrado de processo judicial digital através da tecnologia Webservice, permitindo à Advocacia Geral da União (AGU) encaminhar pedidos judiciais sem precisar passar pela página pública do Tribunal na rede.

A proposta de usar a plataforma Webservice para elaborar e implementar o padrão nacional de integração de sistemas foi formalizada com a assinatura do Termo de Acordo de Cooperação Técnica nº 58, em junho de 2009, pelo Conselho Nacional de Justiça, pelo Supremo Tribunal Federal, pelo Superior Tribunal de Justiça, pelo Conselho da Justiça Federal, pelo Tribunal Superior do Trabalho, pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho e pela AGU. Apesar de não ter subscrito o acordo, o trabalho de desenvolvimento do novo sistema contou também com a participação do Ministério Público Federal (MPF).

O Acordo 58 permitiu que uma única solução tecnológica fosse adotada para assegurar a troca de informações processuais eletrônicas entre os tribunais brasileiros, bem como entre o Judiciário e outros órgãos públicos. A quarta fase, que a Justiça Federal da Segunda Região é a primeira a operar no Brasil, permite que o governo encaminhe ao Judiciário manifestações processuais, ou seja, que apresente, por exemplo, petições, recursos e pareceres.

A implantação do projeto na primeira instância fluminense e capixaba é coordenada pelo corregedor regional da Justiça Federal da Segunda Região, desembargador federal André Fontes.

O lançamento da última etapa, no dia 1º de agosto, acontecerá em uma solenidade, que terá lugar na Terceira Vara Federal de Execução Fiscal (VFEF) do Rio de Janeiro, na Avenida Venezuela, 134, Centro. A escolha da vara não foi aleatória: a unidade foi a primeira especializada em execução fiscal totalmente eletrônica e a implantação em caráter piloto permite testar o funcionamento do novo serviço e, eventualmente, fazer os ajustes necessários. Entre outras autoridades, deverá estar presente ao evento, que terá início às 14 horas, a presidente do TRF2, desembargadora federal Maria Helena Cisne.

De fato, a Corregedoria Regional fixou um cronograma de testes que abrange várias especialidades da Justiça Federal: no dia 4 de julho, o último estágio do programa de interligação dos sistemas começou a ser oferecido na Terceira VFEF do Rio de Janeiro e na Primeira VFEF de Vitória. No dia 11, é a vez dos Nono e Décimo Juizados Especiais Federais (JEF) do Rio e do Segundo JEF da capital capixaba. E no dia 18 entram na programação a Sétima Vara Federal Cível carioca e a Quinta Vara Federal de Vitória.

A conclusão do projeto na Segunda Região representa “um grande avanço para o aprimoramento das atividades das instituições envolvidas”. A opinião da procuradora regional da República Mariana Moreira, declarada durante a reunião realizada na Corregedoria Regional no dia primeiro de julho, para definir o cronograma de implantações em caráter piloto, está calcada na realidade que essas instituições (incluindo a própria Justiça Federal) vem experimentando.

A sobrecarga dos sites das Seções Judiciárias na Segunda Região chegou a ser responsável por episódios de perda de prazo para a apresentação de recursos. Isso porque, em algumas ocasiões, chegou a se tornar impossível acessar o sistema através das respectivas páginas na internet. Nesses casos, o órgão público afetado tem de pedir um novo prazo ao juiz, que, por sua vez, é obrigado a analisar e despachar em uma questão puramente circunstancial, que em nada contribui para a solução da causa.

Além disso, vale lembrar que a expectativa é que o uso do Webservice seja ampliado, futuramente, para uso de jurisdicionados e não apenas dos órgãos públicos. A democratização do serviço deverá acabar com uma prática que ainda é corrente: a digitalização de documentos em papel para dar início no processo eletrônico, uma tarefa dispendiosa para o erário, que toma tempo de servidores públicos, mas que, espera-se, esteja com os dias contados.

Assessoria de Comunicação Social do TRF2



### TRF2 homenageia Nizete Lobato e Luiz Paulo Araújo Filho

O Plenário do TRF2 realizou, no dia 1º de julho, sessão solene de homenagem às posses dos desembargadores federais Nizete Antônia Lobato Rodrigues Carmo e Luiz Paulo da Silva Araújo Filho, que integram, respectivamente as 2ª e 5ª Turmas Especializadas do Tribunal. A presidente da Corte, desembargadora federal Maria Helena Cisne, deu posse aos magistrados, em seu gabinete, no dia 19 de abril.

Nizete Lobato assumiu a vaga destinada à promoção pelo critério de antiguidade, deixada pelo desembargador federal Carreira Alvim, aposentado em 2010. Já Luiz Paulo ocupou a vaga destinada à promoção pelo critério de merecimento, deixada pelo desembargador federal Castro Aguiar, aposentado no final do ano passado.

A solenidade de homenagem contou com as presenças de diversas autoridades civis, militares e eclesiásticas e também foi prestigiada por familiares e amigos dos novos desembargadores federais e por servidores do Tribunal. A mesa do evento, presidida por Maria Helena Cisne, foi composta pelo presidente do Tribunal Superior do Trabalho, João Oreste Dalazen, o presidente do Tribunal de Justiça no Estado do Rio de Janeiro, Manoel Alberto Rebêlo dos Santos, o procurador regional da república na 2ª Região Artur Gueiros e o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Rio de Janeiro, Wadih Damous.

A saudação aos novos integrantes do TRF2 ficou a cargo do desembargador federal Guilherme Couto. Também discursaram, na ocasião, o procurador Artur Gueiros e o presidente da OAB/RJ, Wadih Damous, que afirmou que a posse dos dois magistrados na segunda instância da Justiça Federal da 2ª Região “reforça a qualificação jurisdicional da Corte”. Para o advogado, Nizete Lobato e Luiz Paulo Araújo “honram a toga. Tê-los nos quadro do Tribunal é importante para a cidadania e para a instituição judicial”.

Assessoria de Comunicação Social do TRF2

## CNJ apresenta no TRF2 Rede Nacional de Cooperação Judiciária\*

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) apresentou à Justiça Federal, no dia 30 de junho, o projeto piloto da Rede Nacional de Cooperação Judiciária. O programa tem como objetivo facilitar e agilizar a comunicação entre os tribunais brasileiros e está sendo desenvolvido, inicialmente, apenas nos Estados da Região Sudeste. A ideia é que o programa esteja em funcionamento em todo o país até o fim do ano.

No Rio, o projeto foi apresentado ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2). Participam da cerimônia, entre várias autoridades, a presidente do Tribunal, desembargadora federal Maria Helena Cisne, o presidente do comitê gestor do programa, conselheiro Nelson Tomaz Braga, o juiz auxiliar do CNJ e coordenador do projeto, José Eduardo Chaves, e vários presidentes e corregedores de tribunais.

Para aderir à rede, os tribunais terão de adotar algumas ações. A primeira é a criação do Núcleo de Cooperação Judiciária para centralizar o trabalho e verificar as medidas necessárias para a implantação plena do projeto. Outra ação diz respeito à instituição da figura do “juiz de enlace”. Cada corte designaria um ou mais juizes, cuja função seria a de intermediar e tornar mais ágil o cumprimento de atos processuais a serem realizados por outros tribunais.

\*Assessoria de Comunicação Social do TRF2, com dados da Agência CNJ de Notícias

## Cumprimento da Resolução 125 será avaliada pelo CNJ

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) realiza em Brasília, na próxima terça-feira (12/7), reunião com o comitê gestor do Movimento Nacional pela Conciliação com o objetivo de definir as diretrizes para a próxima Semana Nacional de Conciliação – esforço concentrado do Judiciário na realização de audiências com o propósito de buscar entendimento entre as partes e disseminar, no país, a cultura da resolução dos conflitos judiciais por meio da pacificação. A reunião tem o intuito de avaliar, também, o cumprimento da Resolução 125, do Conselho, nos Estados, bem como as estratégias para orientação aos tribunais sobre o tema.

A Resolução 125 determinou a todos os tribunais brasileiros a criação de centrais e núcleos de conciliação de processos. Desde março, uma equipe de juizes designada pelo CNJ percorre o país para verificar se as centrais e os núcleos foram corretamente instalados e se o trabalho atende ao que foi determinado pelo Conselho. Demandas de massa - Com o resultado do balanço a ser feito, o CNJ também pretende dar continuidade às reuniões e contatos com entidades empresariais e de classe objetivando definir os apoios para a próxima Semana Nacional da Conciliação. Isso porque o objetivo da semana

deste ano, de acordo com a coordenadora da mobilização no Conselho, conselheira Morgana Richa, é focar as audiências de conciliação nas chamadas demandas de massa, que envolvem grandes números de partes – em geral ações coletivas movidas por consumidores.

Por conta disso, CNJ já tem mantido contatos com a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Federação Brasileira dos Bancos (Febraban), entidades públicas e algumas das principais instituições financeiras do país. De acordo com a conselheira Morgana Richa, o momento é de consolidar a política nacional de conciliação no país.

Na última semana nacional, foram designadas, no total, 439.180 audiências. Dessas, 361.945 foram realizadas em todo o país - o que levou à homologação de 171.637 acordos (em 47,4% das audiências realizadas). Os valores acordados chegaram a R\$ 1,074 bilhão, montante recorde em relação aos anos anteriores. De um modo geral, a semana de 2010 atendeu a 817 mil pessoas em todo o país. A semana nacional de conciliação deste ano, que ocorrerá em sua sexta edição, será de 28 de novembro a 03 de dezembro.

Hylda Cavalcanti / Agência CNJ de Notícias